

Alteração aos Anúncios de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

- N.º 1/2017/Grupo de Ação Local ecoMAR - Inovação em espaço marítimo
- N.º 2/2017/Grupo de Ação Local ecoMAR - Qualificação escolar e profissional relacionada com o meio aquático
- N.º 3/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Promoção de Planos de Mar
- N.º 4/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais e dos recursos naturais e paisagísticos
- N.º 5/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Reforço da Competitividade da Pesca
- N.º 6/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Reforço da competitividade do turismo
- N.º 7/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Promoção de produtos locais de qualidade
- N.º 8/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR - Melhoria de circuitos de bens alimentares e mercados locais, no âmbito do mar

Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto

O período de apresentação de candidaturas estabelecido nos anúncios de abertura supramencionados, é prorrogado, determinando-se assim que a submissão de candidaturas seja efetuada no período compreendido entre o dia **2 de outubro de 2017** e o dia **16 de fevereiro de 2018** ao abrigo do disposto na Portaria supracitada.

Maceira, 4 de janeiro de 2018

O Presidente do Órgão de Gestão



Carlos Bernardes

Anúncio de Abertura de Período de Apresentação de Candidaturas

N.º 7/2017/ Grupo de Ação Local ecoMAR

Tipologia: Promoção de produtos locais de qualidade

Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto

A submissão de candidaturas ao abrigo do regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, no âmbito da Promoção de produtos locais de qualidade, é efetuada no período compreendido entre o dia 2 de outubro de 2017 e o dia 15 de janeiro de 2018.

Em coerência com o disposto no artigo 11.º do citado Regime de Apoio, a presente abertura rege-se pelos termos e condições seguintes:

1. Legislação Aplicável

O presente Anúncio não dispensa a consulta de toda a regulamentação e orientações aplicáveis, nomeadamente:

- Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto
- Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro
- Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro
- Outras orientações técnicas aprovadas pela Autoridade de Gestão e divulgadas no respetivo sítio da internet

2. Objetivos e prioridades visadas:

Promover o desenvolvimento local e a diversificação das economias das zonas pesqueiras e costeiras através do empreendedorismo, da promoção do emprego sustentável e com qualidade, da promoção da inovação social e criação de respostas a problemas de pobreza e de exclusão social.

3. Tipologia de operações a apoiar:

São suscetíveis de financiamento operações que visem a melhoria da qualidade dos produtos e a promoção da utilização de recursos endógenos relacionados com o meio aquático, nomeadamente:

- Estudos, projetos e pesquisas, com vista a definição de posicionamento do produto num dado mercado;
- Elaboração e implementação de planos de comercialização ou marketing, incluindo ações de promoção fundamentadas nestes planos;
- Campanhas de comunicação e marketing;
- Campanhas de sensibilização (locais).

As ações referidas estão limitadas ao mercado interno da União Europeia e não podem visar marcas comerciais.

As operações devem preencher as condições previstas no artigo 5.º regime de apoio aprovado pela Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto.

4. Área geográfica elegível e indicadores de execução material:

A área geográfica corresponde ao território de intervenção do GAL-Pesca ecoMAR, a saber:

Concelho	Freguesia
Torres Vedras	São Pedro da Cadeira
	Silveira
	União das freguesias de A dos Cunhados e Maceira
Lourinhã	Ribamar
	União das freguesias de Lourinhã e Atalaia

As operações candidatas deverão contribuir para o cumprimento dos indicadores da Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada conforme quadro seguinte:

Indicadores da Estratégia de Desenvolvimento Local Aprovada	Meta
Número de Operações de valorização da imagem do setor e dos seus agentes (n.º)	3

5. Beneficiários:

Nos termos do artigo 6º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, pode beneficiar de apoios qualquer entidade, singular ou coletiva, do setor público, cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos, que preencha as condições previstas no artigo 7.º do referido Regulamento.

6. Despesas elegíveis e não elegíveis

Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas definidas no artigo 15º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e das fixadas na OTE n.º 2, fixam-se as seguintes regras de elegibilidade das despesas:

4

Despesas elegíveis	Despesas não elegíveis
- Estudos, projetos e pesquisas de mercado;	- Custos com certificações de qualidade;
- Planos de marketing e/ou branding;	- Despesas que se revelem dispensáveis aos objetivos da operação, designadamente, relativas a brindes ou outras ofertas que não contenham conteúdo informativo ou que não facilitem o acesso a informação relacionada com a operação;
- Aquisição de software aplicacional;	- Despesas de funcionamento do beneficiário, custos correntes e de manutenção;
- Conceção e produção de material informativo e promocional sobre as características específicas dos produtos em questão, desde que não relacionados com marcas comerciais;	- Trabalhos da entidade beneficiária para ela própria.
- Custos de participação em feiras, certames e concursos nacionais e internacionais, tais como deslocações, ingressos e aluguer de stands ou respetivos espaços, desde que não apoiáveis no âmbito da Medida Desenvolvimento de Novos Mercados, Promoção e Comercialização.	

7. Dotação orçamental:

A dotação orçamental, em termos de apoio público, é de 71.816,00€ dos quais 85% correspondem à comparticipação do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP).

8. Número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário:

Ao abrigo do presente aviso de concurso cada beneficiário poderá apresentar duas candidaturas.

9. Forma e local de apresentação de candidaturas:

As candidaturas são apresentadas em suporte papel e em triplicado com recurso ao formulário disponibilizado no sítio da internet do GAL-Pesca ecomAR, em www.ecomar.pt.

A apresentação pode ser realizada via CTT até ao último dia estabelecido no presente Anúncio, contando para o efeito a data do carimbo dos correios, ou nas instalações do GAL-Pesca até às 17:00 horas do mesmo dia.

No caso das candidaturas que tenham como beneficiários os GAL-Pesca, as suas entidades gestoras (caso dos GAL-Pesca sem personalidade jurídica), membros dos seus órgãos de gestão, colaboradores da sua estrutura técnica local ou pessoas abrangidas pela alínea b) do n.º 1 do art.º 69º do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, ou sempre que se verifique situação passível de conflito de interesses, as candidaturas deverão ser apresentadas junto da Direção Geral de Agricultura e Pescas a que corresponde o território de intervenção considerado, para efeitos de análise e emissão de parecer, cabendo a decisão final sobre as mesmas à Gestora do MAR 2020, até ao mesmo dia/hora.

10. Critérios de seleção e respetivos fatores, fórmulas, ponderação e critério de desempate:

As candidaturas devidamente submetidas que cumpram as condições de elegibilidade das operações e dos beneficiários, previstas nos artigos 5.º e 7.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016, de 5 de agosto, são selecionadas para hierarquização.

As candidaturas são hierarquizadas por ordem decrescente da pontuação obtida na Pontuação Final da Operação (PF) para a qual contribuem as apreciações seguintes:

- AT = Análise Técnica – valoriza a qualidade técnica objeto da operação;
- AF = Análise económica e financeira – valoriza a viabilidade do investimento;
- AE = Análise Estratégica - valoriza a contribuição da operação para os objetivos da EDL.

A fórmula a aplicar depende do valor do investimento da operação, assim:

- Para operações de investimento elegível superior ou igual a 50.000€ é aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,25AT + 0,25AF + 0,5AE$$

- Para operações de investimento elegível inferiores a 50.000€, ou apresentados por entidades públicas ou por empresários em nome individual, a AF não é exigível, sendo aplicada a seguinte fórmula:

$$PF = 0,5AT + 0,5AE$$

São excluídas as candidaturas que obtenham menos de 50 pontos na pontuação final (num total de 100) ou 0 pontos em qualquer das apreciações.

A forma de cálculo das pontuações da AT, da VE e da AE é definida no anexo I ao presente aviso.

Em caso de empate, as candidaturas são hierarquizadas de acordo com os seguintes critérios:

- Candidatura com maior pontuação na apreciação estratégica
- Data de receção de candidatura.

11. Forma, nível e limite dos apoios:

Os apoios são concedidos sob a forma de subvenção não reembolsável e limitados à dotação orçamental do aviso (ponto 7.) e aos seguintes montantes:

- € 500 000, nos casos em que, simultaneamente, as operações são promovidas por entidades públicas e não são geradoras de lucro.
- € 200 000, nos restantes casos.

Nos termos do artigo 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 216/2016 de 5 de agosto, a taxa de apoio público a conceder por tipologia de beneficiário é fixada de acordo com as seguintes taxas:

Tipologia de promotor	Apoio Público (Máximo)
Nos termos do n.º1 do artigo 9º:	
Entidades singulares ou coletivas, do sector cooperativo, social ou privado, com ou sem fins lucrativos	50%
Nos termos da alínea a) n.º2 do artigo 9º:	
Organismo de direito público ou empresa encarregada da gestão de serviços de interesse coletivo	100%
Nos termos da alínea b) n.º2 do artigo 9º:	
Entidade coletiva, do sector cooperativo ou social sem fins lucrativos	Até 80%
– Criação de postos de trabalho	+10%
Entidade singular ou coletiva, do sector cooperativo, social ou privado, com fins lucrativos	Até 60%
– Criação de postos de trabalho ou criação de empresa	+10%

Quando os serviços da administração central, regional e autárquica, os institutos públicos que revistam a natureza de serviços personalizados, os fundos públicos, as associações públicas exclusivamente constituídas por pessoas coletivas de direito público, bem como as empresas públicas e outras entidades integradas no setor público empresarial, sejam entidades beneficiárias do FEAMP, suportam a contribuição pública nacional, equivalente a 15% do apoio público.

12. Meios de divulgação e informação complementar:

Complementarmente ao presente Anúncio, o formulário de candidatura, a lista de documentos a apresentar, a legislação e orientações técnicas aplicáveis, estão disponíveis no sítio da *Internet* do GAL-Pesca ecoMAR, em www.ecomar.pt e no sítio da *Internet* do Mar 2020, em www.mar2020.pt.

Poderão ser obtidos esclarecimentos adicionais junto do GAL-Pesca ecoMAR, através do endereço geral@ecocoast.pt ou pelo telefone 917 008 708.

Torres Vedras, 22 de setembro de 2017



O Presidente do Órgão de Gestão
(Carlos Manuel Antunes Bernardes)

Anexo I – Critérios de Seleção

A AT é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AT – Análise Técnica					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AT1 Qualidade da operação	40	Relação entre a estrutura de custos e os objetivos perseguidos	Muito Adequado	100	
			Adequado	50	
			Desadequado	0	
		Qualificação dos recursos humanos envolvidos	Adequados	100	
			Desadequados	0	
			Meios técnicos e físicos afetos ao desenvolvimento da operação	Adequados	
Desadequados	0				
AT2 Contributo da operação para os indicadores do Programa	40	Criação de emprego		Sim (criação > ou = 2 PT)	100
			Sim (criação 1 PT)	50	
			Não	0	
		Criação de empresas	Sim	100	
			Não	0	
			AT3 Operação prevê o acesso do público aos seus resultados	20	Interesse coletivo
Não	0				
Beneficiário coletivo	Sim	100			
	Não	0			
Características inovadoras	Sim	100			
	Não	0			

A VE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

– **Projetos com fins lucrativos >= 50.000 euros:**

VE – Análise económico-financeira					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
VE1	30	VAL (Valor Atual Líquido)	VAL > 0	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			VAL = 0	0	
VE 2	70	TIR (Taxa Interna de rentabilidade)	TIR ≥ 1,5	100	
			TIR < 1,5	0	

– **Projetos sem fins lucrativos:**

A análise económico-financeira e a sustentabilidade da operação serão aferidas de acordo com as informações constantes do formulário de candidatura, memória descritiva e anexos.

A AE é pontuada de 0 a 100 de acordo com os seguintes critérios:

AE – Análise estratégica					
Critérios de análise	Valoração (%)	Grelha de análise	Grelha de classificação	Pontuação	Evidência
AE1 Contribuição para os objetivos estratégicos da EDL	70	De acordo com a tipologia de operação e de acordo com a EDL	Contribui para 2 ou + objetivos	100	Formulário de candidatura Memória descritiva e anexos
			Contribui para 1 objetivo	50	
			Não contribui	0	
AE2 Âmbito territorial	5	Impacto das ações a realizar	Regional	80	
			Local	100	
AE3 Contribuição para os indicadores da EDL	25	De acordo com os indicadores contratados	Contribui	100	
			Não contribui	0	